

SÉRIE: SOB NOVO GOVERNO

3. UMA DUPLA CIDADANIA I

Vivemos num tempo de grande instabilidade política. Há um descrédito generalizado e uma consequente revolta da população em relação à classe política por conta dos desmandos, corrupção, fraudes e incompetência dos que administram nossa nação. Nosso país mantém a pior posição histórica em ranking de corrupção (Fonte: Gazeta do Povo, 10/02/2026).

Juízes, que deveriam ser imparciais, mantendo a neutralidade, de forma declarada fazem militância político-partidária.

O Brasil é considerado o país da impunidade, porque apenas 8% dos homicídios que acontecem no país são esclarecidos, os outros 92% dos casos nem chegam a ser registrados; enquanto que na Alemanha mais de 98% dos homicídios são punidos, e no Japão mais de 95% (Fonte ONG Rio e Paz). A sensação de impunidade no Brasil é tão forte que 9 a cada 10 brasileiros afirmam ter medo de serem assassinados, assaltados à mão armada ou terem a casa arrombada (Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA).

A incompetência e a corrupção no poder executivo geram graves prejuízos à gestão pública e à entrega de serviços essenciais à população. Em 2022 a dívida pública era de 70% do PIB, hoje já está em 82%. No primeiro semestre de 2026 a arrecadação alcançou níveis recordes, mesmo assim, de janeiro a julho o governo central acumulou um déficit primário (quando se gasta mais do que arrecada, sem contar os juros da dívida) de 81,3 bilhões, e a dívida interna chegou a quase 9 trilhões.

Em meio a tudo isso estamos nós, os filhos de Deus, cristãos, seguidores de Jesus de Nazaré. Somos cidadãos do céu, mas, ao mesmo tempo, estamos na terra e temos uma tarefa a cumprir enquanto por aqui passamos. Portanto, não podemos ser alienados, alheios ao que está acontecendo bem debaixo do nosso nariz.

A postura do cristão

Muitos cristãos se omitem diante da política argumentando que Deus é soberano e, portanto, nenhuma autoridade há que não venha dEle, conforme Romanos 13:1 - *“Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”*. É verdade que Deus está no controle de tudo, mas o texto não diz para sermos passivos e omissos. Deus sempre usa pessoas para cumprir os Seus propósitos! Nos tempos bíblicos o povo não

tinha voz; a monarquia era a prática dos regimes de governo. Hoje, vivemos uma democracia, onde o povo é chamado a participar da escolha de seus governantes.

Se nos é dada essa oportunidade de participar, significa que temos uma responsabilidade a exercer. Se nos omitirmos, certamente responderemos perante Deus. Escolher os governantes é exercer não só o direito, mas, principalmente, o dever social.

“Cidadania” significa “o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais”. Muitos usam o argumento de Filipenses 3:20 para justificarem sua alienação política - *“A nossa cidadania, porém, está nos céus, de onde esperamos ansiosamente o Salvador, o Senhor Jesus Cristo”*. Usar esse argumento é distorcer o texto. O fato de sermos cidadãos do céu não significa que não somos cidadãos deste mundo. Na verdade, temos “dupla cidadania”. O que Paulo estava dizendo é que não devemos colocar nossa expectativa de realização da vida no sistema deste mundo corrompido, pois no contexto ele se refere a pessoas que vivem para si mesmas e só pensam nas coisas terrenas. O mesmo apóstolo escreve na mesma carta: *“Não importa o que aconteça, exerçam a sua cidadania de maneira digna do evangelho de Cristo”* (Filipenses 1:27).

Portanto, o exercício da cidadania é responsabilidade do cristão, e ele deve fazê-lo de acordo com o evangelho, ou seja, com a postura do próprio Cristo que vive nele. O que Jesus faria? Quem Ele escolheria para governar? Deus nos deu a liberdade de escolha em todos os aspectos da vida. Qual o critério que um cristão usa para fazer escolhas certas? É dessa maneira que ele agirá em relação à escolha de seus governantes.

O cidadão cristão não busca interesses particulares

Nessa mesma linha de pensamento deve agir um cristão que ocupa um cargo público, seja governando, legislando ou julgando (Filipenses 2:3-5). O seu foco não está nos direitos, mas nos deveres. Seu objetivo é servir a sociedade como um todo, e não privilegiar cristãos, ou qualquer outro segmento da sociedade. Ele é um representante de todos, e não de alguns. Os políticos eleitos são servidores públicos que devem prestar contas de suas atividades à sociedade, pois são remunerados pelos impostos. Nenhum deles tem o direito de fazer o que quiser, buscar privilégios, legislar em causa própria ou partidária. Eles devem buscar o bem comum.

Por isso, quando um cristão escolhe um candidato, ele não o fará com o foco em si mesmo, mas naquilo que traz benefício à coletividade. E o servidor público cristão que ocupa um cargo eleito pelo povo, não privilegia cristãos, nem usa sua influência política para tratar de maneira diferenciada alguns; ele é ético, e faz o que é correto com todos, sem distinção de classe, religião, raça, etc.